



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 111/XV/ 1.ª SL

Aos 14 dias do mês de setembro de 2023, pelas 15:02 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da ata n.º 110;**
2. **Discussão e votação do relatório da iniciativa europeia [COM\(2023\)228](#) – Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2014/49/UE no respeitante ao âmbito da proteção dos depósitos, à utilização dos fundos dos sistemas de garantia de depósitos, à cooperação transfronteiriça e à transparência;**  
**Relator: Deputado Carlos Brás (PS)**
3. **Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de relator da [Petição n.º 193/XV/1.ª](#) — Redução do IVA para 6% em serviços de Educação prestados nos Centros de Estudo e Explicações e a sua dedução fiscal em despesas de educação;**  
**Cabe ao GP PS**
4. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PS para audição do Banco de Portugal para prestar esclarecimentos sobre o impacto dos riscos climáticos para o sistema bancário português;**
5. **Outros assuntos.**

- 
1. **Aprovação da ata n.º 110;**

O Senhor Presidente colocou as atas à discussão. Não havendo pedidos de palavra, estas foram imediatamente votadas, tendo sido aprovadas por unanimidade, na ausência do grupo parlamentar (GP) do PCP, BE, Deputado Único Representante de Partido (DURP) do PAN e DURP L.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 111/XV/ 1.ª SL

- 2. Discussão e votação do relatório da iniciativa europeia [COM\(2023\)228](#) – Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2014/49/UE no respeitante ao âmbito da proteção dos depósitos, à utilização dos fundos dos sistemas de garantia de depósitos, à cooperação transfronteiriça e à transparência;**

**Relator: Deputado Carlos Brás (PS)**

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) apresentou o relatório de sua autoria.

O Senhor Deputado João Barbosa de Melo (PSD) tomou a palavra para cumprimentar o Senhor Deputado relator, relevando que o relatório estava claro e que incidira, de forma adequada, sobre o princípio da proporcionalidade e subsidiariedade, antecipando que acompanharia o mesmo.

Seguidamente, interveio o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), tendo declarado que a proposta objeto do relatório merecia a sua simpatia e que cumpria os interesses dos depositários e de outros pequenos aforradores junto da banca. Adicionalmente, afirmou que tomaria posição frente à diretiva que viesse a ser aprovada e aos decretos-lei que fossem produzidos nessa sequência.

Por fim, usou da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Sousa (CH), que agradeceu a elaboração do relatório e afirmou apoiar a iniciativa europeia em questão.

Após as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente colocou o supramencionado relatório a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP do PCP, BE, DURP PAN e DURP L.

- 3. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de relator da [Petição n.º 193/XV/1.ª](#) — Redução do IVA para 6% em serviços de Educação prestados nos Centros de Estudo e Explicações e a sua dedução fiscal em despesas de educação;**

**Cabe ao GP PS**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 111/XV/ 1.ª SL

Não havendo objeções ou pedidos de palavra sobre a Nota supramencionada, o Senhor Presidente questionou o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) sobre a nomeação de relator, ao que foi respondido que este seria designado até ao final do dia.

#### **4. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PS para audição do Banco de Portugal para prestar esclarecimentos sobre o impacto dos riscos climáticos para o sistema bancário português;**

Para a apresentação do requerimento *supra*, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Deputado Miguel Matos (PS), que começou por destacar a destruição que grandes eventos climáticos podem causar, citando como exemplos as cheias na Líbia e em Portugal. Referiu também que a Lei de Bases do Clima, aprovada pela Assembleia da República, previa a elaboração de um relatório por parte dos reguladores, tanto da banca como dos seguros, sobre a exposição do sector financeiro ao risco climático. Assim, concluiu que seria necessário agir com base na prevenção, propondo receber o Banco de Portugal para refletir sobre estes temas, na sequência da emissão do Relatório Anual sobre a Exposição do Sector Bancário ao Risco Climático, o qual evidenciou que mais de metade das empresas com crédito concedido pelos bancos portugueses estão sujeitas a algum tipo de perigo, colocando o acento tónico no risco hídrico. Deste modo, considerou que uma reflexão conjunta com o Banco de Portugal permitiria acompanhar a situação, mais acrescentando que também seria de convidar a ASF para discutir sobre os mesmos temas, quando fosse emitido o respetivo relatório para área dos seguros. O Senhor Deputado afirmou ainda que o Banco Central Europeu tinha realizado o segundo teste de *stress* relativamente aos riscos climáticos, defendendo que deveria ser aproveitada a oportunidade para empreender esta discussão em conjunto e enlaçar as conclusões, num contexto de trabalho próximo com o Banco de Portugal.

Aberta a discussão, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), que antecipou que não se iria opor ao requerimento *sub judice*, afirmando, todavia, que este lhe tinha causado alguma curiosidade. Neste sentido, o Senhor Deputado declarou que, no dia 1 de março do corrente ano, fora aprovada a constituição de um Grupo de Trabalho para as alterações à Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), que tinham na



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 111/XV/ 1.ª SL**

sua génese um projeto de lei do PAN atinente a impactos climáticos, tendo o GP PSD sugerido que o objeto deste Grupo fosse mais abrangente, o que mereceu a concordância dos partidos que votaram nele. Nesta sequência, asseverou que o Grupo de Trabalho não houvera reunido uma única vez, pelo que declarou que votaria a favor, afirmando que se deveria ser consequente com o que se propõe e afiançando que seriam retiradas ilações dos factos, preocupações e sinalizações que viriam merecendo a intervenção do Parlamento, destacando o histórico subjacente a este tema.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), que proclamou que tinha sido a única força política que não tinha aprovado a Lei de Bases do Clima, por considerá-la um aglomerado de ideias que constituíam sinalizações de virtudes e por apresentar um conjunto de obrigações e proibições que, no seu entendimento, não faziam sentido. Defendeu que esta falta de coerência era particularmente expressiva no tocante ao sector bancário e financeiro, declarando que o Banco de Portugal não conseguira estabelecer um nexo de causalidade entre as alterações climáticas e o risco de crédito, algo que lhe pareceu também altamente discutível. Assim, o Senhor Deputado afirmou que aproveitaria este requerimento para saber como é que o Banco de Portugal iria dar cumprimento à Lei de Bases do Clima e como é que veria esta situação específica de avaliar o impacto das alterações climáticas no risco de crédito, prometendo que iria indagar também, junto deste regulador, o impacto das medidas de combate às alterações climáticas, passível de ser distinto nos diversos sectores, questionando, ainda, sobre quem seria competente, dentro do Banco de Portugal, para responder a estas questões.

Foi devolvida a palavra ao Senhor Deputado Miguel Matos (PS), que afiançou que o Banco de Portugal dispunha de dados variados de como os riscos climáticos poderiam afetar o risco de crédito, pelo que seria um bom tema de partida para a reflexão conjunta a realizar com esta entidade, agradecendo os comentários do Senhor Deputado João de Cotrim de Figueiredo (IL). Sobre o Grupo de Trabalho referente à LEO, o orador defendeu que a ampliação do mesmo teria ocorrido para não incidir somente sobre a adequação da LEO à Lei de Bases do Clima, mas sim para uma potencial revisão geral daquela, não tendo sido proposto um Grupo de Trabalho sobre o financiamento sustentável, a incluir finanças públicas, finanças privadas, o sector bancário e dos



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 111/XV/ 1.ª SL**

seguros. Assim, concluiu que o que já estava constituído não obstará à audição em causa.

O Senhor Presidente devolveu a palavra ao Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), que esclareceu que, na ata de 1 de março de 2023, ficara estipulado que o grupo de Trabalho de alterações à LEO teria um âmbito mais lato, devido a uma proposta do PSD que mereceu acolhimento do PS e da IL. Explicitando o enquadramento, defendeu que este Grupo, proposto pelo PS, começara por ser dirigido somente às alterações consubstanciadas na iniciativa do PAN, referentes à adaptação da LEO à Lei de Bases do Clima, tendo o PSD considerado que tal seria insuficiente para a constituição de um Grupo de Trabalho dessa natureza, propondo um alargamento.

Terminada a fase de discussão, o Senhor presidente colocou o supramencionado requerimento a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP do PCP, BE, DURP PAN e DURP L

#### **5. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente declarou que, à luz do novo Regimento da Assembleia da República, os serviços iriam elaborar uma proposta de adaptação do Regulamento da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), aproveitando para referir a temática do quórum de funcionamento, cumprido através da presença de apenas dois grupos parlamentares (um da oposição, outro de suporte ao Governo), constituindo tal uma das alterações regimentais.

O Senhor Presidente mencionou também a resposta do Governo ao pedido de auditoria solicitado pelo GP PS, a incidir sobre a despesa da Infraestruturas de Portugal, I.P., incluindo parcerias público-privadas, à luz do n.º 3 do artigo 73.º da LEO, na qual fora referido que as informações requeridas, sem delimitação de âmbito e período, seriam muito difíceis de disponibilizar, por a entidade auditada considerar o objeto muito vasto. O Senhor Presidente referiu que, passando o requerimento a ser da COF e não do GP que o apresentara, também a resposta teria de ser da Comissão, informando que o GP PS tinha informado a Mesa de que pretendia clarificar que a auditoria deveria incidir sobre despesas de investimento em rodovia e ferrovia, por parte da Infraestruturas de



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 111/XV/ 1.ª SL

Portugal, no período entre 2012 e 2022, incluindo parcerias público-privadas, questionando se algum dos Senhores Deputados se oporia a que a resposta fosse enviada nestes termos.

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) requereu que o presente ponto fosse discutido na reunião seguinte, decidindo-se nesse sentido e adiando-se a resposta da Comissão para esse momento.

Por fim, o Senhor Presidente comunicou que os GP do PS, PSD e PCP seriam contactados pelos serviços a propósito da indicação dos Senhores Deputados que integrariam a delegação da Assembleia da República na Conferência Interparlamentar, em Madrid, nos dias 26 e 27 de outubro.

O Senhor Presidente concluiu a presente reunião, lembrando os Senhores Deputados da audiência que iria ocorrer subsequentemente.

A reunião foi [gravada](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede

A reunião foi encerrada às 15:27 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de setembro 2023.

  
O PRESIDENTE  
(FILIPE NETO BRANDÃO)



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 111/XV/ 1.ª SL**

#### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)  
Carlos Brás (PS)  
Carlos Pereira (PS)  
Diogo Cunha (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Hugo Costa (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
Miguel Cabrita (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Sérgio Ávila (PS)  
Alexandre Simões (PSD)  
Artur Soveral Andrade (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
João Barbosa De Melo (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Patrícia Dantas (PSD)  
Rui Vilar (PSD)  
Rui Afonso (CH)  
João Cotrim Figueiredo (IL)  
Jorge Seguro Sanches (PS)  
Marcos Perestrello (PS)  
Susana Barroso (PS)  
Tiago Brandão Rodrigues (PS)  
Isaura Morais (PSD)  
Rui Paulo Sousa (CH)



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 111/XV/ 1.ª SL**

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Mariana Mortágua (BE)

Inês De Sousa Real (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Vera Braz (PS)

Duarte Pacheco (PSD)

Duarte Alves (PCP)

Rui Tavares (L)

Bruno Dias (PCP)